

PROFISSÕES

Guia de Caracterização Profissional



LISTA DAS
PROFISSÕES

Página Inicial

Ver

D I P L O M A T A

Natureza do trabalho

Os diplomatas constituem um corpo de funcionários do Estado português, aos quais compete a execução da política externa definida pelo Governo, bem como a defesa dos seus interesses económicos, políticos e culturais no plano internacional. Aos diplomatas compete, também, a protecção dos direitos dos cidadãos portugueses que residem ou se encontram temporariamente no estrangeiro. Além disso, são responsáveis pela representação de Portugal junto de governos e organismos internacionais.

Uma das funções principais dos diplomatas passa pelo desenvolvimento de relações externas bilaterais ou multilaterais com outros estados. As relações externas bilaterais implicam o estabelecimento de relações entre dois Estados e os contactos são habitualmente mais directos. No caso das relações externas multilaterais, as relações que se estabelecem são entre vários países e enquadram-se, normalmente, no âmbito de um determinado organismo internacional (por exemplo, Organização das Nações Unidas – ONU), sendo os contactos mais diluídos na própria estrutura da organização.

O corpo diplomático português é composto por diplomatas que exercem as suas funções em Portugal e no estrangeiro. Os primeiros estão colocados nos vários departamentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e os restantes distribuem-se pelas missões diplomáticas e postos consulares. O sistema de colocações é rotativo, pelo que quer em Lisboa quer no exterior nunca permanecem os mesmos funcionários.

Os diplomatas desempenham diversas funções, comuns ao desempenho do cargo em Lisboa ou no exterior, entre elas:

- reunir e actualizar informação sobre a realidade política, económica e cultural local;
- estudar e elaborar pareceres e propostas de actuação para a política externa portuguesa;

- acompanhar a participação portuguesa em organismos e reuniões internacionais de natureza política, económica e cultural;
- orientar e coordenar a participação nacional em organizações internacionais (por exemplo, a ONU e a Organização do Tratado do Atlântico Norte ou o Conselho da Europa);
- acompanhar o funcionamento de outras organizações de que Portugal não seja membro, mas cuja actividade tenha interesse para o país;
- preparar, coordenar e transmitir instruções a enviar às ou pelas missões diplomáticas, representações permanentes e postos consulares de Portugal no estrangeiro;
- preparar os documentos necessários para a realização de determinada negociação, bem como prestar apoio aos serviços externos ou internos, conforme o caso.

Os diplomatas necessitam de possuir um conhecimento profundo sobre a realidade económica, política, social e cultural do seu país, bem como do país ou países com os quais têm de se relacionar. As suas funções exigem, ainda, que estejam bem informados sobre o que se passa no mundo, de modo a poderem reagir atempadamente e da melhor forma possível.

Deste modo, a obtenção de informação assume um papel muito importante no desempenho da actividade diplomática, pelo que qualquer tipo de alteração na área das tecnologias da informação tem necessariamente influência no desempenho das funções destes profissionais, ao que não são alheias as constantes precauções de segurança e protecção da informação em trânsito.

Um bom diplomata deve ser polivalente e versátil – uma vez que pode ter de tratar de assuntos de carácter económico, político, ou cultural –, ser sensato, ter uma mentalidade aberta, boa capacidade de adaptação, bons conhecimentos de línguas (saber falar correctamente, pelo menos, inglês e francês) e facilidade de relacionamento e de expressão, uma vez que a profissão implica muitos contactos pessoais, dos quais pode depender o êxito de uma negociação ou acordo. Além disso, é comum estes profissionais trabalharem quer com outros diplomatas (portugueses ou estrangeiros) quer com técnicos das mais diferentes áreas (juristas, economistas, etc.). Os diplomatas têm o dever do sigilo profissional quanto aos factos, documentos, decisões ou opiniões de que tenham conhecimento no decorrer do exercício das suas funções.

Emprego

Como representantes do Estado português, os diplomatas trabalham necessariamente para um organismo do Estado – o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Neste ministério, os diplomatas podem trabalhar nos serviços internos, como por exemplo, na Direcção-Geral das Relações Bilaterais ou na Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, ou podem trabalhar nos serviços externos. Estes dividem-se em missões diplomáticas (Embaixadas, missões temporárias e representações permanentes) e em representações consulares (Consulados Gerais, Secções Consulares, Consulados simples e Consulados Honorários). Alguns diplomatas podem ainda estar destacados para organizações internacionais (ONU, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos - OCDE, Comissão Europeia, etc.).

O mercado de trabalho para os diplomatas é bastante limitado, uma vez que se restringe ao sector público e está condicionado pelo número de vagas abertas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Segundo o que está estabelecido na lei, a abertura de concurso para ingresso na carreira diplomática tem periodicidade anual, caso o número de vagas seja igual ou superior a oito, e bienal, caso o número de vagas existentes seja inferior a oito. Por outro lado, como a carreira diplomática está aberta a todos os licenciados, o número de vagas revela-se insuficiente para o número de pessoas que se candidatam.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros situa-se em Lisboa, no Palácio das Necessidades.

Formação e Evolução na Carreira

Quem quiser iniciar-se nesta profissão terá de possuir uma licenciatura. Tradicionalmente, os candidatos a diplomatas são provenientes dos cursos de *Direito* e *História*, e, mais recentemente, dos cursos de *Economia*, *Gestão* e *Relações Internacionais* (v. <http://www.acessoensino.superior.pt>).

Quem queira candidatar-se à carreira diplomática terá de se submeter a um conjunto de exames de admissão: português, inglês, francês, prova escrita e oral de conhecimentos (Direito Internacional Público e Comunitário, Economia Internacional, História Diplomática e das Relações Internacionais), testes psicotécnicos e uma entrevista profissional. Cada prova é eliminatória.

Antes da sua nomeação provisória como adidos de

embaixada, categoria em que permanecerão por dois anos, os candidatos aprovados no concurso de ingresso frequentam o *Curso de Formação Diplomática* organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a duração de três meses. Após a nomeação, são integrados nos serviços internos do Ministério. Os adidos de embaixada considerados aptos são alvo de confirmação, passando a funcionários efectivos com a categoria de secretários de embaixada, onde permanecem por um período mínimo de nove anos antes de ascenderem à categoria seguinte. Durante esse período de tempo podem ser colocados nos serviços externos. Não é costume ficar-se mais de oito anos seguidos em serviço no estrangeiro (habitualmente fica-se três a quatro anos em cada posto).

A categoria seguinte é a de conselheiro de embaixada, altura em que os secretários de embaixada são novamente submetidos a uma avaliação formal, mediante a defesa de um trabalho de investigação. Só os aprovados preencherão as vagas disponíveis nesta categoria. Após um período mínimo de três anos como conselheiros de embaixada, poderão concorrer à categoria seguinte – a de ministro plenipotenciário. Para poderem concorrer à categoria de embaixador – topo da carreira –, os profissionais que estiverem na categoria de ministros plenipotenciários terão de aí permanecer pelo menos três anos.

A passagem a conselheiro de embaixada, ministro plenipotenciário e embaixador requer igualmente um tempo mínimo de serviço no exterior, para além dos três anos por categoria já referidos.

A evolução na carreira é bastante lenta, sendo que em muitos casos não se chega a atingir as categorias de topo. Todavia, para apresentar as credenciais de Embaixador de Portugal no exterior não é absolutamente necessário ter-se a categoria de embaixador. Visto tratar-se de uma nomeação ministerial, os diplomatas com categoria de ministro plenipotenciário podem ser Embaixadores no exterior.

Ao longo da carreira, os diplomatas são submetidos a uma formação profissional contínua, com o objectivo da valorização da carreira e constante aperfeiçoamento no exercício das funções.

Condições de Trabalho

Teoricamente, o horário de trabalho dos diplomatas é o que está estabelecido na lei para os técnicos superiores da função pública: 35 horas semanais. Na prática, é habitual os diplomatas trabalharem mais horas e fora do horário normal de trabalho (por exemplo, à noite e ao fim-de-semana).

Em Lisboa, a área de trabalho encontra-se dividida em gabinetes individuais ou colectivos. Poderá haver a necessidade de deslocações a embaixadas, associações empresariais, ministérios ou outros organismos e instituições, bem como a grupos de trabalho no estrangeiro, maioritariamente na União Europeia.

Perspectivas

O crescente processo de globalização mundial, que tem vindo a verificar-se desde há algumas décadas, resultou num aumento de acordos de cooperação entre vários países, em diferentes áreas, nomeadamente na área económica, militar, comercial ou de ajuda humanitária. A diplomacia tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante no estabelecimento desses acordos, pelo que é previsível que haja um aumento de trabalho para os diplomatas, sobretudo na área das relações multilaterais. Com efeito, esta área deverá ser aquela que num futuro a médio/longo prazo oferecerá melhores perspectivas a estes profissionais.

Contudo, não é previsível que se verifiquem alterações significativas na procura de diplomatas, uma vez que a única entidade empregadora é o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o número de vagas a abrir é sempre limitado face à procura. Como agravante desta situação, surge o número crescente de licenciados que todos os anos saem dos estabelecimentos de ensino superior e que podem concorrer à carreira diplomática.

É bom que quem queira iniciar-se nesta profissão tenha consciência de que a carreira diplomática não é só feita de momentos agradáveis e interessantes. Normalmente, a acção diplomática acarreta muito tempo e esforço de preparação de documentos e exige muita disponibilidade.

Contactos para Informações Adicionais

Existem várias entidades que podem fornecer informações adicionais sobre esta profissão, nomeadamente:

* **Instituto Diplomático**, R. das Necessidades, n.º 19, 1350-128 Lisboa, Tlf. 213 932 040, Fax 213 932 049, C. Electrónico: instituto.diplomatico@iol.pt, Página na *Internet*: <http://www.min-nestrangeiros.pt/mne/portugal/idiplomatico.html>

* **Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses**, Largo do Rilvas, 1399-030 Lisboa, Tlf. 213 946 672, C. Electrónico:

asdp@asdp.pt, Página na *Internet*:
<http://www.asdp.pt>

**LISTA DAS
PROFISSÕES**



© DGERT.2004-2005

contacto: dger@dgert.msst.gov.pt website: www.dgert.msst.gov.pt